



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Processual Penal II – 1.º Semestre

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paulo Manuel Mello de Sousa Mendes – 2 horas
Rui Filipe Soares Pereira – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

São objetivos do presente curso fornecer uma visão geral da jurisprudência do TEDH sobre o processo e equitativo, uma teoria geral dos métodos ocultos de investigação criminal e uma análise dos métodos ocultos mais representativos. Também serão exploradas as fronteiras entre a prevenção e a repressão criminais.

Conteúdos programáticos

1. Princípio do processo justo e equitativo na Convenção Europeia dos Direitos Humanos e na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
 - 1.1. A definição do princípio do processo justo e equitativo
 - 1.2. As concretizações do princípio do processo justo e equitativo na jurisprudência do TEDH
2. Aspectos gerais sobre os métodos ocultos de investigação criminal
 - 2.1. O fundamento e os limites dos métodos ocultos de investigação criminal
 - 2.2. Os princípios gerais aplicáveis aos métodos ocultos de investigação criminal
 - 2.3. A legalidade da prova e os novos métodos ocultos de investigação criminal
3. Métodos ocultos de investigação criminal em especial
 - 3.1. As escutas telefónicas e as escutas ambientais – Código de Processo Penal
 - 3.2. O agente encoberto – Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto
 - 3.3. O registo de voz e imagem – Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro
 - 3.4. As interceções de comunicações, o uso de *malware* e o acesso remoto a sistemas informáticos – Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro
 - 3.5. A descriptação de *smartphones*
 - 3.6. A localização através de GPS
 - 3.7. A conservação de dados de tráfego – Lei n.º 32/2008, de 17 de julho – e os acordãos Digital Rights Ireland e Tele2 Sverige

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem todas as possibilidades de aplicação dos métodos ocultos no domínio do processo penal.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método das aulas plenárias

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira, oportunamente remetido ao Conselho Diretivo e divulgado no sítio da Faculdade na Internet e nos lugares de estilo.

As aulas são teórico-práticas.

II. Método das aulas práticas

É sempre realizada a chamada no início de cada aula prática e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e distribuição prévia de casos práticos e da jurisprudência a analisar, que todos conhecem com antecipação (desde logo, quando recebem o cronograma). Também é fomentada a participação espontânea.

É sugerida a realização de um relatório escrito, com o máximo de 15 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5).

Finalmente, é realizado um teste escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas teórico-práticas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

Bibliografia principal

AA.VV.,

(2016) *Visions of Justice: Liber Amicorum Mirjan Damaska* (org.: Bruce Ackerman, Kai Ambos e Hrvoje Sikiric), Berlin: Duncker & Humblot.

AGUILAR, Francisco,

(2004) *Dos conhecimentos fortuitos obtidos através de escutas telefónicas: contributo para o seu estudo nos ordenamentos jurídicos alemão e português*, Coimbra: Almedina.

(2016) “Notas reflexivas sobre o regime das escutas telefónicas no Código de Processo Penal português”, in *O Direito*, Ano 148.º, III, pp. 559-583.

ALBRECHT, Hans-Jörg,

(2009) “Vigilância das telecomunicações. Análise teórica e empírica da sua implementação e efeitos”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 725-743.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de,

(2011) *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.

ALMEIDA, Carlos Rodrigues de,

(2004) “O registo de voz e imagem, notas ao art.º 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 107-117.

AMBOS, Kai,

(2008) “Las prohibiciones de utilización de pruebas en el proceso penal alemán”, in *Prueba y Proceso Penal: Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado* (coord. JUAN LUIS GÓMEZ COLOMER), Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 57-149.

(2010) *Beweisverwertungsverbote – Grundlagen und Kasuistik – internationale Bezüge – ausgewählte Probleme*, Berlin: Duncker & Humblot.

ANDRADE, Manuel da Costa,

(2013) “O regime dos «conhecimentos da investigação» em processo penal: reflexões a partir das escutas telefónicas”,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

in *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma «cirúrgica»?* (org. ANDRÉ LAMAS LEITE), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 153-202.

(2010) “Escutas telefónicas, conhecimentos fortuitos e Primeiro-Ministro”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, n.º 3962, Ano 139, pp. 269-289.

(2009) “*Bruscamente no verão passado*”, a reforma do Código de Processo Penal: observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente, Coimbra: Coimbra Editora.

(2009) “Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma Teoria Geral”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 525-551.

(2009) “A utilização e valorização do resultado de escutas telefónicas em processos disciplinares desportivos”, in *Desporto & direito. Revista jurídica do desporto*, Ano 6, N.º 18 (Maio-Agosto de 2009), pp. 361-404.

(1992) *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2013).

(1991) “Sobre o regime processual das escutas telefónicas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano I, n.º 3 (Julho-Setembro de 1991), pp. 369-408.

ANTUNES, Maria João,

(2016) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina.

BELING, Ernst,

(2009) “Las prohibiciones de prueba como límite a la averiguación de la verdad en el proceso penal”, in *Las prohibiciones probatorias* (coord. KAI AMBOS/ÓSCAR JULIÁN GUERRERO), Bogotá: Temis, pp. 3-56.

CAIRES, João Gouveia de,

(2014) “O registo de som e imagem e as escutas ambientais”, in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 273-298.

(2012) “O regime processual especial aplicável ao crime organizado (económico-financeiro): âmbito de aplicação da Lei n.º 5-2002, de 11 de Janeiro, o regime do sigilo e do registo de voz e imagem”, in *Direito penal económico e financeiro: conferências do curso pós-graduado de aperfeiçoamento* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 453-547.

CORREIA, João Conde,

(2014) “Prova digital: as leis que temos e a lei que devíamos ter”, in *Revista do Ministério Público*, n.º 139 (Julho-Setembro de 2014), pp. 29-60.

(2007) “Questões práticas relativas à utilização de diários íntimos como meio de prova em processo penal”, in *Revista do CEJ*, n.º 6 (1.º semestre de 2007), pp. 139-160.

(2006) “A distinção entre prova proibida por violação dos direitos fundamentais e prova nula numa perspectiva essencialmente jurisprudencial”, in *Revista do CEJ*, n.º 4 (1.º semestre de 2006), pp. 175-202.

COSTA, António Manuel de Almeida,

(2014) *Ilícito Pessoal, Imputação Objectiva e Participação em Direito Penal*, Coimbra: Almedina, pp. 765 e segs..

COSTA, Eduardo Maia,

(2014) “Ações encobertas (alguns problemas, algumas sugestões)”, in *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício* (org. MARIA JOÃO ANTUNES), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 357-369.

CUELLAR SERRANO, Nicolas González,

(2008) “Garantías constitucionales de la persecución penal en el entorno digital”, in *Prueba y Proceso Penal: Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado* (coord. JUAN LUIS GÓMEZ COLOMER), Valencia: Tirant lo Blanch.

CUNHA, José Manuel Damião da,

(2017) *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira*, Porto: Universidade Católica Editora.

(2008) “O regime legal das escutas telefónicas: algumas breves reflexões”, in *Jornadas sobre a revisão do Código de processo penal* (org. CEJ), Lisboa: CEJ, 2008, pp. 205-218.

(2006) “Dos meios de obtenção da prova face à autonomia técnica e tática dos órgãos de polícia criminal”, in *II*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Congresso de Processo Penal. Memórias (coord. MANUEL GUEDES VALENTE), Coimbra: Almedina, pp. 61-80.

DAMASKA, Mirjan R.,

(2009) *The Faces of Justice and State Authority: A Comparative Approach to the Legal Process*, New Haven/London: Yale University Press.

(2013) *Evidence Law Adrift*, New Haven/London: Yale University Press.

DIAS, Jorge de Figueiredo,

(2014) “Por onde vai o Processo Penal Português – por estradas ou por veredas?”, in *As Conferências do Centro de Estudos Judiciários*, Coimbra: Almedina, pp. 49-88.

(2009) “O processo penal português: Problemas e perspectivas”, in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 805-819.

(1988/9) *Direito Processual Penal* (Lições coligidas por MARIA JOÃO ANTUNES), Coimbra: Secção de Textos da FDUC.

(1974) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2004).

FARIA, Nuno Serrão de,

(2010) “Acesso aos registos das escutas telefónicas – os poderes de destruição do juiz de instrução”, in *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Coimbra: Almedina, pp. 201-256.

GASPAR, António Henriques,

(2004) “As acções encobertas e o Processo Penal – Questões sobre a prova e o processo equitativo”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 43-53.

GASPAR, António Henriques et. al.,

(2016) *Código de Processo Penal Comentado*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia,

(2009) *Código de Processo Penal Anotado – Legislação Complementar*, 17.^a ed., Almedina: Coimbra.

GONÇALVES, Fernando/ALVES, Manuel João/VALENTE, Manuel Monteiro Guedes,

(2001) *Lei e Crime – O Agente Infiltrado versus o Agente Provocador – Os Princípios do Processo Penal*, Coimbra: Almedina.

HASSEMER, Winfried,

(2004) “Processo Penal e Direitos Fundamentais”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 15-25.

LEITE, André Lamas,

(2007) “Entre Péricles e Sísifo: o novo regime legal das escutas telefónicas”, in *Revista portuguesa de ciência criminal*, Ano 17, N.º 4 (Out.-Dez.2007), pp.613-669.

(2004) “As escutas telefónicas: algumas reflexões em redor do seu regime e das consequências processuais derivadas da respectiva violação”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano 1 (2004), pp. 9-58.

LEITE, Inês Ferreira,

(2014) “O novo regime das escutas telefónicas: uma visão panorâmica sobre a reforma de 2007”, in *Direito da investigação criminal e da prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 255-271.

LOBO, Fernando Gama,

(2015) *Código de Processo Penal Anotado*, Coimbra: Almedina.

LOUREIRO, Nuno Miguel,

(2015) “A responsabilidade penal do agente encoberto”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 36, N.º 142 (Abril-Junho 2015), pp.79-120.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO,

(2009) *Código de Processo penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra: Coimbra Editora.

MATA-MOUROS, Maria de Fátima,

(2011) *Juiz das Liberdades - Desconstrução de um Mito do Processo Penal*, Coimbra: Almedina.

(2008) “Escutas telefónicas: o que não muda com a reforma”, in *Revista de Economia e Direito*, volume 12, N.º 2/volume 13, N.º 1, pp. 279-310.

(2003) *Sob escuta: reflexões sobre o problema das escutas telefónicas e as funções do juiz de instrução criminal*, Cascais: Principia, 2003.

(2001) “O agente infiltrado”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 22, N.º 85 (Jan.-Mar.2001), pp.105-120.

MENDES, Paulo de Sousa,

(2018) *Lições de Direito Processual Penal*, 5.ª reimp., Coimbra: Almedina (1.ª ed., 2013).

(2004) “As proibições de prova no processo penal”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 133-154.

MESQUITA, Paulo Dá,

(2010) “Prolegómeno sobre prova electrónica e intercepção de telecomunicações no Direito Processual Penal português – o Código e a Lei do Cibercrime”, in *Processo Penal, Prova e Sistema Judiciário*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 83-129.

MONTE, Mário Ferreira,

(2004) “O registo de voz e imagem no âmbito do combate à criminalidade organizada e económico-financeira – Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra, pp. 79-106.

MORÃO, Helena,

(2006) “O efeito-à-distância das proibições de prova no Direito Processual Penal português”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 16, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2006), pp. 575-620.

MUÑOZ CONDE, Francisco,

(2008) *De las prohibiciones probatorias al Derecho procesal penal del enemigo*, Buenos Aires: Hammurabi.

NEVES, A. Castanheira,

(1968) *Sumários de Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.

NEVES, Rita Castanheira,

(2011) *As ingerências nas comunicações electrónicas em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

NUNES, Carlos Alberto Casimiro,

(2011) “Dos meios de obtenção de prova: o caso das buscas domiciliárias e das intercepções telefónicas”, in *Politeia*, Ano VII (2009-2010), pp. 227-239.

NUNES, Duarte Rodrigues,

(2015) *O problema da admissibilidade dos métodos “ocultos” de investigação criminal como instrumento de resposta à criminalidade organizada*, dissertação de doutoramento em ciências jurídico-criminais, policopiada, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

(2017) “A admissibilidade da obtenção, diretamente pelas autoridades, de dados de localização por meio de sistema GPS à luz do direito processual penal português”, in *Julgar*, N.º 32 (Maio-Agosto 2017), pp. 97-122.

OLIVEIRA, Luís Pedro Martins de,

(2010) “Da autonomia dos regimes das proibições de prova”, in *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Coimbra: Almedina, pp. 257-290.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ONETO, Isabel,
(2005) *O Agente Infiltrado, Contributo para a Compreensão do Regime Jurídico das Acções Encobertas*, Coimbra: Coimbra Editora.

PALMA, Maria Fernanda,
(2014) "Introdução ao Direito da Investigação Criminal e da Prova", in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 7-18.

(2004) "O problema penal do processo penal", in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 41-53.

PEREIRA, Rui,

(2009) "Entre o 'garantismo' e o 'securitarismo': A revisão de 2007 do Código de Processo Penal", in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 247-268.

(2005) "O agente encoberto na ordem jurídica portuguesa", in *Estudos em homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 283-311.

PEREIRA, Sandra,

(2011) "A recolha de prova por agente infiltrado", in *Prova Criminal e Direito de Defesa - Estudos Sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal* (coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Coimbra: Almedina, pp. 137-159.

PINHEIRO, Alexandre de Sousa,

(2015) *Privacy e protecção de dados pessoais: a construção dogmática do direito à identidade informacional*, Lisboa: AAFDL.

RAMALHO, David Silva,

(2017) *Métodos Ocultos de Investigação Criminal em Ambiente Digital*, Coimbra: Almedina.

(2014) "A recolha de prova penal em sistemas de computação em nuvem", in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (Dezembro 2014), pp. 123-162.

(2013) "O uso de malware como meio de obtenção de prova em processo penal", in *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 4, N.º 16 (Outubro-Dezembro 2013), pp. 195-243.

(2013) "A investigação criminal na Dark Web", in *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano IV, N.ºs 14/15 (Abril-Setembro de 2013), pp. 383-429.

RAMALHO, David Silva/COIMBRA, José Duarte,

(2015) "A declaração de invalidade da Diretiva 2006/24/CE: presente e futuro da regulação sobre conservação de dados de tráfego para fins de investigação, deteção e repressão de crimes graves", in *O Direito*, Ano 147.º, IV, 2015, pp. 997-1045.

RAMOS, Armando Dias,

(2017) *A prova digital em processo penal: o correio electrónico*, 2.ª ed., Lisboa: Chiado Editora.

RAMOS, Vânia Costa,

(2007) "Âmbito e extensão do segredo das telecomunicações: Acórdão do Segundo Senado do Tribunal Constitucional Federal Alemão, de 2 de Março de 2006 (comentário), in *Revista do Ministério Público*, Ano 28, N.º 112 (Out.-Dez. 2007), pp. 141-159.

RODRIGUES, Benjamim da Silva,

(2011) *Da Prova Penal - Tomo IV - Da Prova -Electrónico-Digital e da Criminalidade Informático-Digital*, Lisboa: Rei dos Livros.

(2010) *Da Prova Penal - Tomo II. Bruscamente... A(s) Face(s) Oculta(s) dos Métodos Ocultos de Investigação Criminal*, Lisboa: Rei dos Livros.

(2008) *Das Escutas Telefónicas: A Monitorização dos Fluxos Informacionais e Comunicacionais: contributo para a superação do "paradigma da ponderação constitucional e legalmente codificado" em matéria de escutas telefónicas*,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Tomo I, Coimbra: Coimbra Editora.

ROGALL, Klaus,

(2010) “A nova regulamentação da vigilância das telecomunicações na Alemanha”, in *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES), Coimbra: Almedina, pp. 117-143.

ROXIN, Claus,

(2008) *La prohibición de autoincriminación y de las escuchas domiciliarias*, Buenos Aires: Hammurabi.

SANTOS, Gil Moreira dos,

(2014) *Princípios e prática processual penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

SANTOS, Manuel Simas / LEAL-HENRIQUES, Manuel,

(2008) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 1, 3.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

(2004) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 2, 2.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

SEIÇA, Alberto Medina de,

(2003) “Legalidade da prova e reconhecimentos «atípicos» em processo penal: notas à margem da jurisprudência (quase) constante”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. MANUEL DA COSTA ANDRADE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1387-1421.

SILVA, Germano Marques da,

(1994) “Bufos, infiltrados, provocadores e arrependidos – Os princípios democráticos e da lealdade em processo penal”, in *Direito e Justiça*, Vol. 8, tomo 2, pp. 27-34.

(1993/94) *Curso de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica, 3 vols. (7.ª ed./1.º vol., 2013, 5.ª ed./2.º vol., 2009, e 4.ª ed./3.º vol., 2014).

SILVA, Sandra Oliveira e,

(2011) “Legalidade da prova e provas proibidas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 21, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2011), pp. 545-591.

SOUSA, Susana Aires de,

(2003) “Agent provocateur e meios enganosos de prova. Algumas reflexões”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. MANUEL DA COSTA ANDRADE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1207-1235.

TEIXEIRA, António de Jesus,

(2014) *Os limites do efeito-à-distância: nas proibições de prova no processo penal português*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

TEIXEIRA, Carlos Adérito,

(2008) “Escutas telefónicas: mudança de paradigma e os velhos e os novos problemas”, in *Revista do CEJ*, n.º 9 (1.º semestre de 2008), pp. 243-319.

THAMAN, Stephen C.,

(2008) *Comparative Criminal Procedure: A Casebook Approach*, Durham: Carolina Press.

VACIAGO, Giuseppe, e RAMALHO, David Silva,

(2016) “Online searches and online surveillance: the use of trojans and other types of malware as means of obtaining evidence in criminal proceedings”, in *Digital Evidence and Electronic Signature Law Review*, vol. 13, pp. 88-96.

VALENTE, Manuel Guedes,

(2017) *Teoria Geral do Direito Policial*, 5.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2010) *Processo Penal*, tomo I, 3.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2008) *Escutas Telefónicas - Da Excepcionalidade à Vulgaridade*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2006) *Conhecimentos fortuitos: a busca de um equilíbrio apuleiano*, Coimbra: Almedina.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VENÂNCIO, Pedro Dias,

(2011) *Lei do Cibercrime — Anotada e Comentada*, Coimbra: Coimbra Editora.

VERDELHO, Pedro,

(2015) “Lei do Cibercrime”, in *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. JORGE BACELAR GOUVEIA/SOFIA SANTOS), Coimbra: Almedina, pp. 255-263.

(2010) “Anotação à Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro”, in *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, Vol. I (org. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE/JOSÉ BRANCO), Lisboa: Universidade Católica Editora.

(2009) “A nova Lei do Cibercrime”, in *Scientia Iuridica*, Tomo LVIII, n.º 320 (Outubro-Dezembro de 2009), pp. 717-749.

(2008) “Técnica no novo C.P.P.: exames, perícias e prova digital”, in *Revista do CEJ*, n.º 9 (1.º semestre de 2008), pp. 145-171.

(2004) “A obtenção de prova do ambiente digital”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 25, N.º 99 (Jul.-Set.2004), pp.117-136.

VERDELHO, Pedro/BRAVO, Rogério/ROCHA, Manuel Lopes,

(2003) *Leis do Cibercrime – Volume 1*, Lisboa: Centro Atlântico.